



Emissão de certidões



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E
AUTORIZAÇÕESCERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, com sede na cidade São Paulo, CNPJ 61198164000160, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES	Diretor
CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM	Diretor
CELSO DAMADI	Diretor
DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA	Diretor

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL	Diretor
FÁBIO OHARA MORITA	Diretor
IZAK RAFAEL BENADERET	Diretor
JAIME SOARES BATISTA	Diretor
JARBAS DE MEDEIROS BACIANO	Diretor
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA	Diretor
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA	Presidente
LENE ARAUJO DE LIMA	Diretor
LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA	Diretor
LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA	Diretor
MARCELO SEBASTIAO DA SILVA	Diretor
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO	Diretor
MARCOS ROGÉRIO SIRELLI	Diretor
NELSON SANTOS AGUIAR	Diretor
PATRÍCIA CHACON JIMENEZ	Diretor
PAULO SÉRGIO KAKINOFF	Diretor
RAFAEL VENEZIANI KOZMA	Diretor
SAMI FOGUEL	Vice- Presidente



TIAGO VIOLIN

Diretor

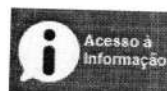
Código da Certidão: **CA05886_16082024_140921_188**

Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 2024.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

Avaliar o Serviço



SES - SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DA SUSEP

versão 4.0

Opção escolhida: Seguradoras: Limite de Retenção

Empresa: 05886 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Valores válidos para o período de agosto até outubro de 2024

Exporta para Ms Excel®

Voltar

Obs: O arquivo exportado terá terminação .xls, mas por dentro será escrito em html. Esse fato poderá gerar uma mensagem de erro do Ms Excel®, que deverá ser ignorada.

Ramo	Limite de Retenção (R\$)
0111 - Incêndio Tradicional	1.439.371
0112 - Assistência - Bens em Geral	1.439.371
0114 - Compreensivo Residencial	20.000.000
0115 - Roubo	1.439.371
0116 - Compreensivo Condomínio	20.000.000
0118 - Compreensivo Empresarial	20.000.000
0141 - Lucros Cessantes	10.000.000
0167 - Riscos de Engenharia	5.283.705
0171 - Riscos Diversos	5.757.486
0173 - Global de Bancos	1.439.371
0195 - Garantia Est./Ext.Gar-Bens em Geral	1.439.371
0196 - Riscos Nomeados e Operacionais	1.439.371
0234 - Riscos de Petróleo	1.439.371
0310 - R.C.Administradores e Diretores-D&O	1.542.625
0313 - R. C. Riscos Ambientais	1.439.371
0327 - Compreensivo Riscos Cibernéticos	2.000.000
0351 - R. C. Geral	20.000.000
0378 - R. C. Profissional	5.757.486
0433 - Marítimos	1.439.371
0435 - Aeronáuticos	1.439.371
0437 - Responsabilidade Civil Hangar	1.439.371
0457 - DPEM	1.439.371
0520 - Acidentes Pessoais Passageiros-APP	5.757.486
0524 - Garantia Est./ Exten. Garantia-Auto	1.439.371
0525 - Carta Verde	1.439.371
0531 - Automóvel - Casco	7.500.000
0542 - Assistência e Outras Cobert. - Auto	5.757.486
0553 - R. C. Facultativa Veículos - RCFV	5.757.486
0621 - Transporte Nacional	40.000.000
0622 - Transporte Internacional	40.000.000
0627 - Resp. Civil do Transp. Intermodal	1.439.371

0628 - RCTR-P Municipal/Intermunicipal	5.757.486
0632 - R.C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	40.000.000
0638 - R.C.Trans. Ferroviário Carga-RCTF-C	1.439.371
0644 - R.C. Viag.Int. Pessoas - Carta Azul	40.000.000
0652 - R. C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	40.000.000
0654 - R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	40.000.000
0655 - R.C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	40.000.000
0656 - R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	40.000.000
0658 - R.C.Operador Transp. Multi.-RCOTM-C	1.439.371
0711 - Riscos Diversos Financeiros	54.310.867
0739 - Garantia Financeira	2.600.000
0740 - Garantia de Obrigações Privadas	2.600.000
0745 - Garantia de Obrigações Públicas	2.600.000
0746 - Fiança Locatícia	21.000.000
0747 - Garantia de Concessões Públicas	2.600.000
0750 - Garantia Judicial	2.600.000
0775 - Garantia Segurado - Setor Público	54.310.867
0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	54.310.867
0860 - Crédito Doméstico Risco Comercial	1.439.371
0870 - Crédito Doméstico Risco P.Física	1.439.371
0929 - Funeral	5.757.486
0969 - Viagem	1.439.371
0977 - Prestamista (exceto Habit e Rural)	5.757.486
0980 - Educacional	1.439.371
0981 - Acidentes Pessoais - Individual	1.439.371
0982 - Acidentes Pessoais	5.757.486
0984 - Doenças Graves ou Doença Terminal	5.757.486
0987 - Desemprego/Perda de Renda	5.283.705
0990 - Eventos Aleatórios	5.757.486
0991 - Vida	5.283.705
0993 - Vida em Grupo	5.757.486
1101 - Seguro Agrícola sem cob. do FESR	5.000.000
1102 - Seguro Agrícola com cob. do FESR	5.000.000
1103 - Seguro Pecuário sem cob. do FESR	5.000.000
1104 - Seguro Pecuário com cob. do FESR	5.000.000
1107 - Seguro Florestas sem cob. do FESR	5.000.000
1108 - Seguro Florestas com cob. do FESR	5.000.000
1130 - Seguro Benf. e Prod. Agropecuários	5.000.000
1162 - Penhor Rural	5.000.000
1164 - Seguros Animais	1.439.371
1329 - Funeral	5.757.486

1369 - Viagem	5.757.486
1377 - Prestamista (exceto Habit. E Rural)	5.757.486
1380 - Educacional	1.439.371
1381 - Acidentes Pessoais	5.757.486
1384 - Doenças Graves ou Doença Terminal	5.757.486
1390 - Eventos Aleatórios	5.757.486
1391 - Vida	5.757.486
1433 - Marítimos (Casco)	1.439.371
1457 - DPEM	1.439.371
1528 - R. C. Facult. para Aeronaves - RCF	1.562.534
1535 - Aeronáuticos (casco)	1.562.534
1597 - Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-RETA	1.562.534
2293 - VIDA EFPC	5.757.486
Total	83.086.302

Empresas selecionadas	05886
Mês	202405

de 202



Get Code 30 days to print file.
<https://doi.org/10.1016/j.jmb.2019.05.005>

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **José Rivaldo Leite da Silva**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

Assinado por José Rivaldo Leite da Silva
CPF: 001.124.000-00
Assinatura eletrônica: 001.124.000-00
O CNPJ nº 61.198.164/0001-60
está em conformidade com a Lei nº 6.404/76
e a Lei nº 6.405/76

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA

Diretor Presidente

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Sérgio Kakinoff**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de CEO – Seguros da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

Assinado por:
Paulo Sérgio Kakinoff
CPF: 114.144.114-11
Diretoria de Administração (23/03/2024 11:31:11)
3 - C.P. 0000 - 001 - Secretaria de Planejamento (0000 - 001)
Emprego: CEO - SEGURANÇA INTERNA
ICP: 114.144.114-11
114.144.114-11

PAULO SÉRGIO KAKINOFF

CEO - Seguros

Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

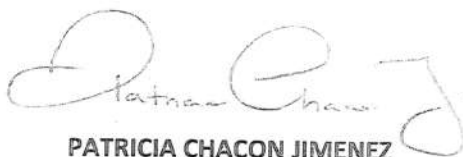
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu a Sra. **Patricia Chacon Jimenez**, membro da Diretoria, eleita na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 05 de dezembro de 2023.



PATRICIA CHACON JIMENEZ

COO (Chief Operating Officer) – Seguros

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Domingos de Toledo Piza Falavina**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 08 de novembro de 2023.

DocuSigned by:
Domingos de Toledo Piza Falavina
Assinado por: DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA 21415581857
CPF: 21415581857
Data/Hora da Assinatura: 04/12/2023 17:48:21 BRT
ICP-Brasil
A1B15F9CC5A14C99B15E93800D718136

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

DocuSigned by:
Paulo Henrique Galleguillos Calderon
Assinado por: PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON 909692
CPF: 0650025891
Data e Hora da Assinatura: 08/05/2022 14:37:12 BRT
ICP-Brasil
SDC:D7E23495B04E00B5478D56309CAF23

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às 11h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declaram, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, 01216-012, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 30 de março de 2022.

DocuSigned by:
Roberto de Souza Santos
Assinado por: ROBERTO DE SOUZA SANTOS 6412848751
CPF: 6412848751
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 11:02:36 BRT
C669072C407425563D2173F8C7NE13
Roberto de Souza Santos
Diretor Presidente

DocuSigned by:
MARCELO BARROSO PICANÇO
Assinado por: MARCELO BARROSO PICANÇO 0049150736
CPF: 0049150736
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 09:58:10 BRT
22A3876A7E540CB5751113E77F34
Marcelo Barroso Picanço
CEO – Seguros

DocuSigned by:
Celso Damadi
Assinado por: CELSO DAMADI 07493531803
CPF: 07493531803
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 19:22:19 BRT
E03P
Decred
C669072C407425563D2173F8C7NE13
Celso Damadi
**Diretor Vice-Presidente – Financeiro,
Controladoria e Investimentos**

DocuSigned by:
Lene Araújo de Lima
Assinado por: LENE ARAUJO DE LIMA 1154510300
CPF: 1154510300
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2022 09:58:11 BRT
E03P
Decred
C669072C407425563D2173F8C7NE13
Lene Araújo de Lima
**Diretor Vice-Presidente – Corporativo e
Institucional**

DocuSigned by:
Assinado por: JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA 01733249607
CPF: 0473249607
DataHora da Assinatura: 26/04/2022 15:22:28 BRT
ICP
Brasil
6AFACT0F519C4717ABAE1ACDA710173C

José Rivaldo Leite da Silva

**Diretor Vice-Presidente – Comercial e
Marketing**

DocuSigned by:
Assinado por: JAIME SOARES BATISTA 1824894980
CPF: 1824894980
DataHora da Assinatura: 26/04/2022 09:54:44 BRT
ICP
Brasil
265933001A34405AB26FC0401189903

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel

DocuSigned by:
Signed by: LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA 28955470864
CPF: 28955470864
Signing Time: 26/04/2022 18:20:25 BRT
ICP
Brasil
02C0CF1B62234D48D46805188E8288A

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Diretor de Marketing

DocuSigned by:
Doc: Eva Vazquez Montenegro Miguel
Signed by: EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL 06687213630
CPF: 06687213630
Signing Time: 26/04/2022 15:42:31 BRT
ICP
Brasil
8EAF6EE5GCA18296CF9371F22A70D6

Eva Vazquez Montenegro Miguel

Diretora de Produção

DocuSigned by:
Doc: Luiz Felipe Milagres Guimarães
Assinado por: LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES 6745042734
CPF: 6745042734
DataHora da Assinatura: 26/04/2022 11:26:09 BRT
ICP
Brasil
A2D8F842B0504893A89081483088A0

Luiz Felipe Milagres Guimarães

Diretor de Atendimento

DocuSigned by:
Assinado por: MARCOS ROGÉRIO SIRELLI 24518181854
CPF: 24518181854
Signing Time: 26/04/2022 17:23:15 BRT
ICP
Brasil
6440C982B8D148C8A86962FC2C37CBF

Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação

DocuSigned by:
Assinado por: ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES 17432089810
CPF: 17432089810
DataHora da Assinatura: 26/04/2022 08:22:51 BRT
ICP
Brasil
837F9A8FAD42C407B72C4886E13318B14

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Jurídica e Riscos

DocuSigned by:
Assinado por: MARCOS ROBERTO LOUÇÃO 85721079401
CPF: 85721079401
DataHora da Assinatura: 26/04/2022 11:24:16 BRT
ICP
Brasil
17339188C81448B47A7839688042D

Marcos Roberto Loução

**Diretor Vice-Presidente – Negócios
Financeiros e Serviços**

DocuSigned by:
06FCF966868C4DB
Sami Foguel

Diretor Vice-Presidente

DocuSigned by:
Assinado por: FABIO O'HARA MORITA 3098222949
CPF: 32869022842
DataHora da Assinatura: 27/04/2022 19:11:32 BRT
ICP
Brasil
AED8FFFAE8547C08F1CA4130F21C79

Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico

DocuSigned by:
Assinado por: RAFAEL VENEZIANI KOZMA 20044831816
CPF: 20044831816
Signing Time: 27/04/2022 08:07:13 BRT
ICP
Brasil
8EDF1DA0FF5AADC38FF8196331041150

Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria

DocuSigned by:
Assinado por: LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA 30161862826
CPF: 80161862826
DataHora da Assinatura: 26/04/2022 14:23:00 BRT
ICP
Brasil
07C060C8D04D4C487C0A3C7F1F1377

Luiz Vicente Guaranha Lapenta

Diretor de Precificação

DocuSigned by:
Assinado por: MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA 11268157805
CPF: 11268157805
Signing Time: 27/04/2022 10:51:35 BRT
ICP
Brasil
60EF1E9E400145A8B63A71DCA70888A7

Marcelo Sebastião da Silva

Diretor de Serviços

DocuSigned by:
Assinado por: JARBAS DE MEDEIROS BACIANO 30476475717
CPF: 248784718071
Signing Time: 28/04/2022 19:11:59 BRT
ICP
Brasil
87A0F6102249E42039315A730D1C02103

Jarbas de Medeiros Baciano

Diretor de Produto – Ramos Elementares

DocuSigned by
Carolina Helena Zwarg
Signed By: CAROLINA HELENA (WYANG291138367)
CPF: 2921358367
Signing Time: 26/04/2022 15:47:35 BRT
ICP
Brasão
7FA4307B50548C86A0F600FFC7742B

Carolina Helena Zwarg

Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

DocuSigned by
Carlos Eduardo Naegeli Gondim
Assinado por: CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM (14941010100001729)
CPF: 05284841729
DataHora de Assinatura: 26/04/2022 11:12:08 BRT
ICP
Brasão
75AD296546484B4011C135670ACD

Carlos Eduardo Naegeli Gondim

Diretor de Produto – Seguros de Pessoas

DocuSigned by
Izak Rafael Benaderet
Signed By: IZAK RAFAEL BENADERET (1263392980)
CPF: 1263392980
Signing Time: 25/04/2022 16:06:58 BRT
ICP
Brasão
55BC38E1364840A42CB3A363FE190C8

Izak Rafael Benaderet

Diretor

DocuSigned by
Nelson Santos Aguiar
Signed By: NELSON SANTOS AGUIAR (21814440072)
CPF: 21814440072
Signing Time: 26/04/2022 16:04:34 BRT
ICP
Brasão
932296D0919C4D76B007793F3CF41734

Nelson Santos Aguiar

Diretor

DocuSigned by
Tiago Violin
Signed By: TIAGO VIOLIN (25541052897)
CPF: 25541052897
Signing Time: 26/04/2022 11:43:29 BRT
ICP
Brasão
83DA54DCFD0347A2A329A829C0E2488

Tiago Violin

Diretor

DocuSigned by
Marcelo Zorzo
Signed By: MARCELO ZORZO (123316400)
CPF: 4123316400
Signing Time: 27/04/2022 13:38:30 BRT
ICP
Brasão
804F1F2E4C254175577494F079012D0D

Marcelo Zorzo

Diretor

Sede: Avenida Rio Branco, 1459 - Rua Gubianeses, 1238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Esta publicação é certificado pelo Estadão e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RLI.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 81198164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guianases, 1238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



Demonstração

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		2.532.441	112.000	62.763	2.224.952	(168.094)	-	4.764.062
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	(200.000)
Aumento/Redução de capital:								
Portaria CGRAJUSEP nº 640		112.000	(112.000)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJUSEP nº 707		86.000	-	-	-	-	-	(86.000)
Portaria CGRAJUSEP nº 845		105.000	-	-	-	-	-	(105.000)
Portaria CGRAJUSEP nº 1.021		10.000	-	-	-	-	-	(10.000)
Portaria CGRAJUSEP nº 1.172		45.000	-	-	-	-	-	(45.000)
Portaria CGRAJUSEP nº 8.086		20.000	-	-	-	-	-	(20.000)
AGE de 28 de julho de 2022		(16.175)	-	-	(1.321)	-	-	(17.496)
AGE de 30 de agosto de 2022		-	20.000	-	-	-	-	(20.000)
AGE de 31 de outubro de 2022		-	213.965	-	-	-	-	(213.965)
AGE de 29 de dezembro de 2022		-	135.614	-	-	-	-	(135.614)
Reserva de reavaliação		-	22.000	-	-	-	-	(22.000)
Realização		-	-	(70.182)	-	-	70.182	-
Outros		-	-	27.675	-	-	-	27.675
Ajuste de períodos anteriores - controladas		-	-	-	(14.011)	-	-	(14.011)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		-	-	-	79.020	-	-	79.020
Ações outorgadas controladora/controladas		-	-	-	(5.429)	-	-	(5.429)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(15.425)	-	(15.425)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	674.800	674.800
Proposta para distribuição do resultado		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	33.740	-	(33.740)	-
Reservas estatutárias		-	-	-	369.074	-	(369.074)	-
JCP (R\$ 0,52 por ação)		-	-	-	-	-	(342.169)	(342.169)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		2.914.266	391.579	20.256	2.456.025	(203.519)	-	5.588.607
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	24 e	-	-	-	-	-	-	(577.789)
Aumento/Redução de capital:	24 e							
Portaria CGRAJUSEP nº 1.288		20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJUSEP nº 1.324		213.965	(213.965)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJUSEP nº 1.330		135.614	(135.614)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJUSEP nº 1.446		22.000	(22.000)	-	-	-	-	-
AGE de 30 de maio de 2023		-	877.473	-	-	-	-	877.473
AGE de 31 de outubro de 2023		-	733.591	-	-	-	-	733.591
AGE de 10 de novembro de 2023		-	(187.150)	-	-	-	-	(187.150)
Portaria CGRAJUSEP nº 119		(1.094.960)	-	-	-	-	-	(1.094.960)
Reserva de reavaliação	24 e	-	-	(28.141)	-	-	28.141	-
Realização	24 e	-	-	9.535	-	-	-	9.535
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	24 i	-	-	-	125.878	-	-	125.878
Ações outorgadas controladora/controladas	24 i	-	-	-	(73.298)	-	-	(73.298)
Ajuste de avaliação patrimonial	24 e	-	-	-	-	(102.119)	-	(102.119)
Lucro líquido do exercício	24 e	-	-	-	-	-	1.711.672	1.711.672
Proposta para distribuição do resultado	24 e	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	24 e (i)	-	-	-	30.583	-	(30.583)	-
Reservas estatutárias	24 e (ii)	-	-	-	1.050.280	-	(1.050.280)	-
JCP (R\$ 0,53 por ação)	24 e	-	-	-	-	-	(366.950)	(366.950)
Dividendos mínimos e intermediários (R\$ 0,32 por ação)	24 e	-	-	-	-	-	(292.000)	(292.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		2.210.885	1.423.914	1.850	3.021.879	(183.400)	-	6.554.728

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 8 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guianases, 1238 - Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte do Grupo de Seguros sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob o ticker PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Participação	Participação
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	15,8%
Rosag Empreendimentos Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	18,1%
Favos Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Ações em circulação	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	32,0%
Jayme Brasil Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	100,0%
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itaú Unibanco S.A.	26,4%
Banco Itaú S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	100,0%
Banco Itaú S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaú - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

2.1 REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

O Grupo Porto se reorganizou societariamente em verticais visando aumentar a eficiência e o foco em cada negócio: Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviços, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações. Em 14 de abril de 2023, foi aprovada a criação dos saldos, relativos aos investimentos na Porto Saúde com venda de parcela patrimonial onida no montante de R\$ 1.094.960 para a Porto Saúde Operações. Em 30 de maio de 2023 (ratificado em 31 de outubro de 2023), foi aprovado o aumento de capital referente a reorganização societária das investidas Azul Companhia de Seguros Gerais S.A. e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. nos montantes de R\$ 770.000 e R\$ 832.060 respectivamente. Em 10 de novembro de 2023, foi aprovado a redução de capital referente a reorganização societária da investida Porto Uniguar no montante de R\$ 187.150.

2.2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.3 BASE DE PREPARAÇÃO

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de

Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS

Considera-se controladora a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de voto ou acionista que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas, Azul Cia. de Seguros, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOPTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

Circular SUSEP nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º de janeiro de 2024 a Companhia desenvolverá um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração do RVR dos ativos de resseguro. Assim, esta norma entrará em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cujo expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais com vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores jurídicos no ativo ou passivo não circulante. As provisões atuariais, tendo em vista a provisão de prêmios não vencidos e as provisões técnicas, são registradas entre Circulante e Não Circulante, não sendo, portanto, artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos. Os saldos são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/conservação do saldos, após o pagamento de sinistros. Adicionalmente, a partir de julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios não ganhos entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição à curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nessas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVARIANTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 120 dias, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/investidos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrer.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (liquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes" sempre realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por outros considerados permanentes ("impairment").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidade de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado (deduzidas de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes, contratuais com termos e condições semelhantes a outros instrumentos que não são subseqüentemente similares, fazendo o ajuste

DANIELE GOMES YOSHIDA
30141081
899

Assinada de forma digital por DANIELE GOMES YOSHIDA em 28/02/2024 às 14:37:38 (UTC-03:00)



Esta publicação é certificada pelo Estadão e publicada no portal de Relação com o Investidor do Estadão FI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site <https://www.estadao.com.br/relacao-com-o-investidor>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua C. Planaltas, 1.238 - Campo Eliseo - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações privativas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos;
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto;
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é baseado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ABIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.2.1 EMPRESTIMOS E RECEÍVEIS (CLIENTES)

Avista-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificados na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e queda de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incerta, que considera a existência de evidência de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros, possibilitando de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisoriamente como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.2.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se na evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos a depreciação é amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos produtos e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.2.4 ATIVOS DE RESEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, não afetadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.2.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia possui ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoque de bens salvados recuperados após indenizações integradas em eventos de sinistro, segurados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.2.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.2.7 ATIVO DE DIREITO DE RGO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existem) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.2.8 CUSTO DE AQUISIÇÃO DE TÍTULOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são oferecidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência nas aplicações, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os custos indiretos de comercialização não são oferecidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são oferecidos no mesmo critério.

3.2.9 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado no custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (preço para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição e o fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são adicionados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.2.10 DEPRECIÁVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.3 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substancial certeza. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.3.1 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.3.1.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP), avaliação de nível de provisão utilizado na avaliação dos contratos, entre outras políticas aplicáveis. Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dos prêmios de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de co-seguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (ISNER), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofreram ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A ISNER é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (ISNER) é constituída para o pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados. A Companhia utiliza data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais com base na aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas ao sinistro. A provisão deve abranger as despesas advocaciais e não advocaciais, relacionadas à liquidação de indenizações aos beneficiários.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante pelo balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.3.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), incrementos e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são ajustados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes. Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades. Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicadas obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de taboas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos à valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a sua metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 56,7%, e o percentual de resseguro foi de 1,0%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, referências a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliadas através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Contrato (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.3.3 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e vale bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrona os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões e o Plano PORTOPREV II da modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.3.2 PROVISÕES JUDICIAIS E OUTROS CONTINGENTES E DEPOSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as considerações baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelas assessorias jurídicas da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado. As provisões representam uma despesa futura segundo os princípios do CPC 23. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: São atualizados monetariamente mensalmente por diversos critérios, de acordo com a natureza do provisão, e são revisadas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sujeita a decisão da esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação líquida" (fiscal e previdenciária), cujo objeto de constatação e sua liquidação são constituídos, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de fato, em seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.3.3 PASSIVOS DE RESSARCIMENTOS

Referem-se aos passivos em andamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurados pelo valor presente dos pagamentos das ações esperadas até a data do balanço, ajustados por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis variações no cancelamento.

3.3.4 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

3.3.4.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco sob respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.3.1.1a).

As despesas de resseguro estão reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.3.4.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e seguem a taxa efetiva de retorno. Os juros decorrentes sobre a participação em garantias de seguros são apropriados ao resultado no mesmo prazo de recebimento.

3.3.5 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre Capital Próprio (JUCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.3.6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data do encerramento do exercício social. No Brasil, o Imposto de Renda é calculado a alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 300 milhões.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos estão reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros suficientes estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.3.7 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

3.4 USO DE ESTIMATIVAS E JUZGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvidas, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) das provisões técnicas; (iii) da provisão para itens de "sinistros" (sinistros); (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser afetada por fatores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de aproximações inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes do critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3.4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a obtenção de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos riscos de morte de seguro de vida, prêmios de morte, prêmios de seguro de vida, cobertura de vida, prêmios de morte, prêmios de morte, prêmios de morte, prêmios de morte, prêmios de morte para a Companhia.

3.4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais esperados dos ativos financeiros. Nessas situações, os dados incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

DANIELE GOMES

YOSHIOA 301 8199

41081899

AUTORIZADO POR DANIELE GOMES YOSHIOA 301 8199

2024.03.18 14:28:04 0179



Esta publicação é controlada pelo Estadão e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser verificada no QR Code ao lado ou no site www.estadao.com.br/relacao-com-o-investidor.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.998.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guaraná, 1235 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS, FISCAL, CÍVEL E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

3.4 CÁLCULO DE CREDITOS TRIBUTÁRIOS

Tratando-se de créditos tributários no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em condições econômicas futuras que podem, portanto, sofrer alterações.

3.5 GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e ativos resultantes financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto Seguro.

Em relação aos riscos como qualquer efeito de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.

A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão desses riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio delas que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A Administração da Porto se defende de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Autoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange a gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar o Apêndice ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos, (i) de liquidez, uma vez que as durações médias das principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem de crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

3.5.1 GESTÃO DE CREDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Esse risco é composto por:

(a) **Portfólio de Investimentos** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2022, 86,2% (88,6% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam avaliadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) **Incumprimento nos prêmios a receber**: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos, são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de risco e de contrapartida histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurados da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

(c) **Cessão de resseguro**: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de riscos de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "rating" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguidoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's".

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
		Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)
Local	A+	13.354	912.867	40.322	40.322
	AA-	2.887	3.064	2.887	3.064
	BB-	14.243	23.836	14.243	23.836
	BBB+	5.366	5.725	5.366	5.725
Acreditada	A+	2.935	1.191	2.935	1.191
	AA-	2.935	2.710	2.935	2.710
Total de recebíveis de resseguro		34.160	46.404	34.160	46.404

3.5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que tiverem vencido, seja pela cessação de ativos ou pela impossibilidade de realização temporária dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Porto não são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base as projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de caixa empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (I).

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)	Fluxo de ativos (II)	Fluxo de passivos (III)
A vista/em vencimento:	1.569.781	1.569.781	1.569.781	1.569.781
Fluxo de 1 a 30 dias	3.567.401	844.726	1.978.646	848.990
Fluxo de 3 a 6 meses	1.185.308	3.484.340	2.959.388	3.620.837
Fluxo de 7 a 12 meses	581.390	2.152.082	1.026.539	1.912.556
Fluxo acima de 1 ano	10.941.571	1.106.577	3.838.323	1.131.219
	17.845.457	7.811.089	10.605.763	7.553.924

(I) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração de

risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento em recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se taxa de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxa de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(II) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguidoras.

(III) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

3.5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPCA/IGPM)	51,8%	57,0%
Pré-fixados	29,2%	20,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	15,0%	17,7%
Ações	1,2%	1,7%
Outros	3,1%	3,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros sob o risco da Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error", "Benchmark-VaR" e "duration", utilizados para isso cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (I)	Impacto (II)
Índices de preços	+50 b.p.	(310.702)
	+25 b.p.	(169.993)
	+10 b.p.	(72.076)
	-10 b.p.	310.702
	-25 b.p.	169.993
Juros pré-fixados	+50 b.p.	30.149
	+25 b.p.	15.437
	+10 b.p.	(6.262)
	-10 b.p.	30.149
	-25 b.p.	15.437
Juros pós-fixados	+50 b.p.	(30.148)
	+25 b.p.	(15.437)
	+10 b.p.	(6.262)
	-10 b.p.	30.149
	-25 b.p.	15.437
Ações	+50 b.p.	(2.775)
	+25 b.p.	(2.312)
	+10 b.p.	(1.850)
	-10 b.p.	2.775
	-25 b.p.	2.312

+34% 106.810
+17% 53.405
+9% 26.703

(I) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(II) Bruto de efeitos tributários.

Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demaís	%	Total	%
Centro Oeste	685.384	6,46%	100.314	4,38%	48.091	5,54%	25.073	3,03%	49.252	4,53%	908.114	5,79%
Nordeste	782.918	7,38%	102.183	4,56%	54.579	6,29%	13.010	1,57%	39.888	3,67%	994.814	6,34%
Norte	174.321	1,64%	30.142	1,32%	18.357	2,12%	974	0,12%	16.007	1,47%	239.801	1,53%
Sudeste	7.637.416	71,99%	1.739.364	76,01%	617.626	71,17%	666.795	80,56%	856.103	78,72%	11.517.304	73,45%
Sul	1.328.908	12,53%	314.222	13,73%	129.152	14,88%	121.870	14,72%	126.245	11,61%	2.020.387	12,88%
Total Geral	10.608.947	100,00%	2.288.464	100,00%	867.805	100,00%	827.722	100,00%	1.087.492	100,00%	15.660.430	100,00%

Líquido de Resseguro (*)

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demaís	%	Total	%
Centro Oeste	685.384	6,46%	96.209	4,37%	46.026	5,51%	24.992	3,03%	46.010	4,00%	900.627	5,80%
Nordeste	782.918	7,38%	102.183	4,56%	52.043	6,23%	12.811	1,55%	37.544	3,75%	987.502	6,36%
Norte	174.321	1,64%	29.421	1,31%	17.601	2,11%	869	0,11%	15.426	1,54%	237.678	1,53%
Sudeste	7.637.416	71,99%	1.712.357	76,19%	594.097	71,14%	664.127	80,59%	796.365	70,54%	11.394.351	73,43%
Sul	1.328.908	12,53%	305.442	13,59%	125.376	15,01%	121.280	14,72%	115.834	11,57%	1.996.840	12,87%
Total Geral	10.608.947	100,00%	2.247.612	100,00%	835.133	100,00%	824.122	100,00%	1.001.184	100,00%	15.516.996	100,00%

(*) Não incluem os valores de RVNEs nos montantes de R\$ 592 (líquido de resseguro).

Bruto de resseguro (*)

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demaís	%	Total	%
Centro Oeste	620.765	6,55%	83.948	5,19%	42.222	5,41%	21.753	2,74%	41.391	4,51%	810.112	5,26%
Nordeste	710.560	7,49%	87.991	5,44%	48.730	6,24%	11.292	1,42%	32.065	3,59%	891.538	6,55%
Norte	153.960	1,62%	26.182	1,62%	16.976	2,17%	1.485	0,19%	12.703	1,38%	211.305	1,55%
Sudeste	6.807.870	71,78%	1.165.170	72,05%	556.153	71,22%	640.408	80,48%	721.040	78,62%	9.891.441	72,73%
Sul	1.191.026	12,56%	253.983	15,70%	116.782	14,96%	120.755	15,18%	109.227	11,90%	1.776.972	13,18%
Total Geral	9.484.181	100,00%	1.617.274	100,00%	780.863	100,00%	795.733	100,00%	918.118	100,00%	13.596.169	100,00%

Líquido de resseguro (**)

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demaís	%	Total	%
Centro Oeste	620.765	6,54%	82.644	5,19%	40.997	5,39%	21.686	2,74%	38.495	4,50%	804.587	5,97%
Nordeste	710.560	7,49%	86.310	5,42%	47.338	6,22%	11.005	1,38%	31.061	3,63%	886.274	6,57%
Norte	153.960	1,62%	25.612	1,61%	16.532	2,17%	1.414	0,18%	12.249	1,43%	209.767	1,56%
Sudeste	6.808.473	71,78%	1.147.554	72,09%	541.645	71,65%	637.453	80,50%	672.780	78,61%	9.807.905	72,73%
Sul	1.191.026	12,56%	249.797	15,69%	114.800	15,06%	120.289	15,19%	101.260	11,83%	1.776.972	13,18%
Total Geral	9.484.784	100,00%	1.591.917	100,00%	761.112	100,00%	791.847	100,00%	855.845	100,00%	13.485.505	100,00%

(*) Não incluem os valores de RVNE e resseguros acionários nos montantes de R\$ 81.397 e (R\$ 106.360), respectivamente. (Bruto de resseguro) e R\$ 440 de RVNE (**Líquido de resseguro).

3.5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itau Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contrapartida individual ou de frota. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuais, líquidas de efeitos tributários.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Premissas atuariais	(596.787)	(412.610)
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(596.787)	(412.610)
Sinistros - aumento de 50,0%	(412.610)	(324.712)

3.5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, furto, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia.

Resalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia a com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

3.5.4 RISCO DE SEGURANÇA JURÍDICA

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo impactos na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros em automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio**: gerado a partir de uma possível insuficiência das prêmios cobrados para fazer frente aos desembolsos financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que variam níveis de preços, conveniências de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) **Risco de provisão**: gerado a partir de uma possível insuficiência dos valores das provisões constituídas para fazer frente aos desembolsos financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das provisões e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizadas constantemente testes de aderência em diferentes bases-base, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.10.2).

(c) **Risco de retenção**: gerado a partir da exposição a riscos individuais no valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de previsões e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, validados em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros**: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e implementa as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em conformidade com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, foram como o teste de adequação dos passivos, incluindo:

• Utilização, como premissas de simulação, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.

• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e incumprimento de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as atualizações contratuais vigentes na data-base no estudo dos contratos celebrados com os resseguidores.

Como indicador, para os passivos, os Índices de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que é o principal índice dos contratos securarizados.

• Taxa de juros esperada para os ativos, vinculados à taxa SELIC/CDI, que é consistente com a rentabilidade oferecida pela área de investimentos no período vigente.

• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurado.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 81196164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.459 - Rua Guianãesa, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023									
(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)									
1.3.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO									
Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorar em cada período futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.									
A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:									
	Valor								
2024	585.549								
2025	28.597								
2026	10.662								
2027	44.120								
2028	3.294								
2029 a 2031	11.326								
Após 2031	27.007								
Total - Ativo	710.555								
13.2.1 MOVIMENTAÇÃO									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Saldo inicial			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022					
Constituições		98.155		93.314					
Reversões		4.225		6.006					
Saldo final		102.380		99.320					
13.3 ATIVO DE DIREITO DE USO									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Direito de uso			Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades no país.			5,0 a 33,0	160.005	(64.587)	95.408	148.289	(56.881)	101.408
13.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Direito de uso			Saldo em 31 de dezembro de 2022				Saldo em 31 de dezembro de 2022		
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos			101.408				95.408		
14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Automóvel									
Patrimonial									
Riscos financeiros									
Pessoas									
Outros									
Circulante									
Não circulante									
O prazo médio de atendimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2023, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2022.									
14.1 MOVIMENTAÇÃO									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Saldo inicial									
Constituição									
Apropriação para despesa									
Saldo final									
15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Participação (%)			Saldo em dezembro de 2022	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste TVM controladas	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial/controles	Reorganização Societária
Porto Saúde (*)			1.001.712	37.530	(18.999)	-	-	74.717	(1.094.960)
Anil Seguros (*)	100,0		373.380	350.991	(215.108)	14.915	(48.201)	1.562	779.005
Porto Vida	100,0		313.650	31.899	(4.949)	12.198	(12.270)	7.922	-
Porto Uruguai	100,0		157.237	28.957	-	-	-	696	(187.150)
Porto Capitalização	100,0		185.573	34.619	(66.000)	23.264	(5.000)	13	-
Itau Auto e Residência (*)	100,0		-	35.869	(15.000)	-	-	204	96.468
Combinação de Negócios (**)			2.031.552	519.865	(320.056)	50.377	(85.471)	76.979	586.813
15.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ATIVO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Bônus à venda - salvados (i)									
Direito a salvados - estimados (ii)									
Ativo de direito de uso (iii)									
Cheques e ordens a receber									
Alocado									
Circulante									
Não circulante									
(i) De acordo com a nota explicativa nº 13.1.									
(ii) De acordo com a nota explicativa nº 13.2.									
(iii) De acordo com a nota explicativa nº 13.3.									
15.2 BENS À VENDA - SALVADOS (*)									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Permanência até 30 dias									
Permanência de 31 a 60 dias									
Permanência de 61 a 120 dias									
Permanência de 121 a 365 dias									
Permanência acima de 365 dias									
Produção do valor recuperável (*)									
(*) Documentos, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.									
15.3 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Expectativa de realização									
Efetivas realizações									
1º mês									
2º mês									
3º mês									
4º mês									
5º mês									
6º mês									
7º mês									
8º mês									
9º mês									
10º mês									
11º mês									
12º mês									
13º ao 18º mês									
19º ao 24º mês									
25º ao 30º mês									
Após 30º mês									
Circulante									
Não circulante									
16.1 MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022									
Despesas de amortização									
Outros intangíveis									
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023									
16.2 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO INTANGÍVEL									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022									
Despesas de amortização									
Outros intangíveis									
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023									
17. CONTAS A PAGAR									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022									
Despesas de amortização									
Outros intangíveis									
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023									
18. CONTAS A PAGAR									
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022							
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022									
Despesas de amortização									
Outros intangíveis									
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023									

continua

DANIEL GOMES
YOSHIDA:30
141081899



Esta publicação é controlada pelo Estado e é publicada na página de Relação com o Investidor, a Estática e a Sua sustentabilidade. Consulte a página 141081899 no site www.portoseguro.com.br

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
IOF.....	342.105	299.185
IRRF e FGTS.....	32.683	30.891
Imposto de renda retido na fonte.....	35.924	22.855
Outros.....	12.681	7.154
Total	423.493	360.185

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até 2026, em que são remunerados a taxas indexadas ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Empréstimos bancários (i).....	155.290	134.567
Financiamentos - Informática.....	13.949	28.780
Total	169.239	163.347
Circulante.....	158.711	119.365
Não circulante.....	10.528	43.982

(i) Ver nota explicativa nº 19.1.

13.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
R\$ 100	ITAU	2021	2026	2,4% CDI	114.453	99.190
5.109	ITAU	2022	2026	100% CDI + 1,90%	10.015	9.210
7.537	BRASESCO	2021	2024	100% CDI + 2,10%	8.885	8.885
8.135	BRASESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	9.507	9.828
9.000	BRASESCO	2022	2026	100% CDI + 1,24%	10.482	9.054
Total					155.290	134.567

13.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	134.567	28.780	163.347
Atualização monetária/juros	20.723	1.996	22.719
Liquidação/vencimento	-	(14.827)	(14.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	155.290	13.949	169.239

13.3 CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS - ADIÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer.....	506.631	249.363
Vencidos de 1 a 30 dias.....	15.201	4.982
Vencidos 31 a 60 dias.....	2.405	23.892
Vencidos 61 a 120 dias.....	3.330	19.159
Acima de 120 dias.....	3.247	158.410
Total	530.814	455.806

13.4 DÉBITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros facendados em processamento. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos estavam integralmente centralizados na faixa entre 1 a 30 dias.

13.5 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Corretores de seguros e resseguros.....	530.814	455.806
Operações com resseguradoras.....	83.819	72.963
Operações com seguradoras.....	12.885	5.030
Prêmios a restituir.....	10.489	15.670
Outros débitos operacionais.....	41.747	48.311
Total	680.254	597.780

13.6 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R\$ milhões), demonstrando a falta de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Administrativo										
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	2.988	3.280	3.516	4.061	4.207	4.702	4.119	5.196	6.850	6.539
Dois anos mais tarde.....	3.033	3.334	3.550	4.121	4.256	4.782	4.255	5.364	7.135	-
Tres anos mais tarde.....	3.031	3.342	3.555	4.128	4.272	4.801	4.272	5.388	-	-
Quatro anos mais tarde.....	3.034	3.343	3.557	4.133	4.278	4.805	4.292	-	-	-
Cinco anos mais tarde.....	3.038	3.344	3.560	4.122	4.280	4.787	-	-	-	-
Seis anos mais tarde.....	3.039	3.347	3.561	4.123	4.281	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde.....	3.041	3.347	3.561	4.124	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde.....	3.044	3.347	3.561	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde.....	3.044	3.347	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde.....	3.045	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações.....	3.045	3.347	3.561	4.124	4.281	4.787	4.292	5.388	7.135	6.539
Judicial										
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	36	34	36	34	36	39	54	78	69	60
Dois anos mais tarde.....	70	46	55	66	67	72	100	121	102	-
Tres anos mais tarde.....	91	68	76	79	91	91	114	130	-	-
Quatro anos mais tarde.....	104	74	85	91	100	97	116	-	-	-
Cinco anos mais tarde.....	122	80	91	90	105	113	-	-	-	-
Seis anos mais tarde.....	135	84	97	90	111	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde.....	142	86	100	93	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde.....	134	87	89	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde.....	124	88	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde.....	127	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações.....	127	88	89	93	111	113	116	130	102	60
Judicial										
Montante de sinistros pagos até a data-base.....	9	8	15	12	16	17	20	30	18	15
Dois anos mais tarde.....	21	28	24	29	33	35	37	51	41	-
Tres anos mais tarde.....	34	35	38	43	50	45	47	68	-	-
Quatro anos mais tarde.....	40	43	48	54	58	55	63	-	-	-
Cinco anos mais tarde.....	48	50	56	62	72	73	-	-	-	-
Seis anos mais tarde.....	65	59	60	65	78	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde.....	75	61	65	66	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde.....	79	63	72	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde.....	91	73	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde.....	101	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos.....	101	73	72	66	78	73	63	68	41	15

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Bruto de Líquido de resseguro	8.773.035	8.717.436
Bruto de Líquido de resseguro	1.814.830	1.716.531
Provisão de prêmios não ganhos.....	8.773.035	8.717.436
Sinistros e benefícios a liquidar.....	1.814.830	1.716.531
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	348.530	311.531
Demais provisões.....	122.600	122.599
Total	11.058.995	10.868.097
Circulante.....	10.036.959	8.703.229
Não circulante.....	1.022.036	965.608

23.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.416.722	167.208
Constituições decorrentes de prêmios.....	13.783.926	111.103
Diferimento pelo risco decorrido.....	(12.124.421)	(108.083)
Avios de sinistros.....	7.386.185	81.707
Pagamentos de sinistros/benefícios.....	(6.824.896)	(85.557)
Atualização monetária e juros.....	31.323	3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.688.837	170.189
Constituições decorrentes de prêmios.....	15.829.220	164.026
Diferimento pelo risco decorrido.....	(15.147.671)	(198.585)
Avios de sinistros.....	7.261.638	98.350
Pagamentos de sinistros/benefícios.....	(6.583.763)	(39.216)
Atualização monetária e juros.....	31.734	(3.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.058.995	190.896

23.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Total das provisões técnicas (A).....	11.058.995	9.688.837
Direitos creditórios (i).....	5.456.687	4.613.130
Custos de aquisição diferidos pagos.....	1.270.572	1.108.388
Operações com resseguradoras.....	136.750	112.508
Depósitos judiciais de PSL.....	3.853	4.881
Fundos e reservas retidos pelo IRB.....	1.551	1.518
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B).....	6.869.413	5.840.425
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B).....	4.189.582	3.828.412
Títulos de renda fixa - públicos.....	1.746.737	1.647.806
Quotas de fundos de investimento.....	3.254.788	2.610.892
Total de ativos oferecidos em garantia (D).....	5.001.525	4.258.698
Excedente (D - C).....	811.943	430.286

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Bruto de Líquido de resseguro	414.081	366.631
Bruto de Líquido de resseguro	111.318	110.043
Saldo inicial.....	414.081	366.631
Total pago no período.....	(111.318)	(110.043)
Novas constituições no período.....	(65.047)	(56.290)
Reajustes da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades.....	47.109	45.965
Atualização monetária e juros (i).....	31.281	28.153
Saldo final	439.993	402.150
Quantidade de processos.....	10.546	8.371

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

23. OUTROS DÉBITOS

23.1 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1.1 PROVAVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, civil e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda nas ações, no valor exposto no balanço de caixa e no prazo final dessas ações. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a).....	871.295	821.831
Cíveis.....	36.176	21.399
Trabalhistas.....	21.136	22.869
Total	928.607	866.100

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. Assim, as demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destas provisões por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS (i).....	545.873	516.351
Contribuição com adesão ao REFIN (ii).....	293.004	267.819
Outros (iii).....	87.730	37.660
Total	926.607	821.831

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Em Execução Fiscal movida em face da Companhia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.643 em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de fato no Mercado de Seguros que fosse a origem da ação, a Companhia não poderia a qualquer momento a Recolha Federal. Nas ações da Companhia, aguarda-se a alteração da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) REFIN

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIN nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da existência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) OUTROS

A Companhia questiona a exigência de imposto em Renda Pessoa Jurídica (RPJ) e em Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros monetários. Atualmente aguarda-se julgamento de recursos interpostos pela Companhia.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVAVEIS

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	821.831	22.999	21.399	866.229
Constituições.....	18.258	8.263	24.981	51.502
Encargamento/alterações.....	(16.000)	(7.884)	(7.706)	(31.590)
Pagamentos.....	(4.570)	(14.970)	(9.548)	(29.088)
Atualização monetária.....	47.037	2.336	2.141	51.514
Saldo em 31 de dezembro de 2023	871.295	21.136	36.176	928.607
Quantidade de processos.....	10	312	718	1.040

23.1.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, civil e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destas provisões por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais e previdenciárias (a).....	850.598	733.843
Cíveis.....	196.283	183.877
Trabalhistas.....	2.716	3.005
Total	1.049.597	920.725

(a) Fiscais e Previdenciárias

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente a (i) discussão de INSS sobre participação nos lucros e resultados e (ii) seu risco total estimado em R\$ 407.419 (PIS 287.602 e possível impacto no lucro líquido) e (iii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto ao não inclusão de determinadas montantes financeiros na base de cálculo do PIS e CSLL, com risco total estimado em R\$ 205.623 (PIS 150.351 de possível impacto no lucro líquido).

23.2 DÉBITOS DIVERSOS

23.2.1 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	206.091	(67.829)	138.262
Novos contratos.....	11.716	-	11.716
Apropriação dos juros.....	-	15.466	15.466
Pagamentos.....	(29.309)	-	(29.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	187.498	(52.363)	135.135
Circulante.....	-	-	-
Não circulante.....	-	-	106.141</

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61398164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Quilânese, 1238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) RESERVAS DE REVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados. A reavaliação dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do exercício no montante de R\$ 28.141 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 70.182 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor será compensado pelo cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes na reserva de reavaliação até a efetiva reavaliação, conforme previsto na Lei nº 11.639/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício. Intende assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/66. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 442.117 (R\$ 411.594 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinada a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 2.441.364 (R\$ 1.968.873 em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Outras Reservas

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 8.117 em 2017 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (liquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 2023, a Administração da Companhia aprovou as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros: (i) R\$ 95.000 em 31 de janeiro; (ii) R\$ 39.789 em 31 de março; (iii) R\$ 86.000 em 10 de abril; (iv) R\$ 35.000 em 30 de maio; (v) R\$ 50.000 em 30 de junho; (vi) 35.000 em 28 de setembro; (vii) R\$ 70.000 em 30 de outubro; e (viii) R\$ 115.000 em 22 de dezembro. Totalizando R\$ 577.789. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Em 2023, a Administração da Companhia aprovou, nas reuniões do diretoria, realizadas em 15 de junho, 28 de setembro e 27 de dezembro, a distribuição a seus acionistas de JCP nos valores de R\$ 158.695, R\$ 75.650 e R\$ 77.563, respectivamente. Aquisição de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	1.711.672	674.800
(-) Reserva legal - 5% (i)	(30.583)	(33.740)
Reavaliação da reserva de reavaliação	28.140	70.182
Lucro líquido para distribuição do dividendo	1.709.229	711.242
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	427.307	177.811
JCP distribuído - líquido (ii)	311.908	290.843
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	115.399	-
Dividendos intermediários	176.601	-
Total de dividendos e JCP	925.215	468.654
Total por ação (R\$)	0,85170	0,48390

(i) O valor constituído referente ao exercício de 2023 foi limitado a 20% do capital social. (ii) Em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 366.050 destacado na DMPL, está incluído R\$ 55.042, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e das empregadas, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia. Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de finanças e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Plano em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas controladas ou coligadas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas. As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações foram atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de suas programações.

O Plano substitui o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A aquisição dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações foram atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	67.325	13.734
Diferimento do exercício	125.878	79.020
Ações canceladas	-	-
Outorgadas ou perda de direito	(73.208)	(5.429)
Saldo final	139.995	87.325
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	28,92	29,33

	Quantidade Dezembro de 2023	Quantidade Dezembro de 2022
Saldo inicial	2.004.583	241.649
Diferimento do exercício	4.379.881	1.849.821
Ações canceladas	-	-
Outorgadas ou perda de direito	(2.070.750)	(86.887)
Saldo final	4.313.614	2.004.583

25. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSÃO

	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionalidade
Automóveis	7.504.370	7.377.536	56,2	21,7
Resp. civil facultativa veículos	1.997.561	1.958.915	55,3	18,2
Demais - automóveis	1.250.650	1.122.980	50,6	18,3
Compreensivo empresarial	968.933	966.355	42,2	27,7
Vida individual e grupo	775.043	727.170	39,2	29,7
Fiança locatícia	777.112	677.942	44,9	19,6
Demais - vida	539.683	531.520	28,4	29,4
Compreensivo residencial	904.756	802.466	47,4	30,6
Demais - patrimonial	402.424	377.350	34,2	19,8
Demais - transportes	207.273	247.703	33,8	22,8
Demais - rural	64.200	60.535	40,7	12,2
Demais ramos	438.925	408.314	27,8	29,3
	15.828.220	14.868.778	50,1	22,2

	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionalidade
Automóveis	6.900.258	5.727.363	52,2	23,2
Resp. civil facultativa veículos	1.701.979	1.494.034	61,1	19,4
Demais - automóveis	782.981	688.550	39,1	29,6
Compreensivo empresarial	685.854	613.670	41,8	29,5
Vida individual e grupo	1.032.671	943.118	41,8	20,0
Fiança locatícia	787.172	571.759	44,8	20,5
Compreensivo residencial	481.186	429.442	45,8	31,7
Demais - vida	458.276	433.889	31,0	29,9
Demais - patrimonial	229.053	196.181	32,2	24,0
Demais - transportes	340.478	320.890	22,7	29,7
Demais - rural	48.081	43.931	76,5	11,4
Demais ramos	359.937	335.953	19,0	22,0
	13.783.926	11.798.420	55,2	23,5

26. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Bruto de líquido de resseguro	(955.380)	(958.550)
Bruto de líquido de resseguro	(1.869.138)	(1.873.071)
Provisão de prêmios não ganhos	(26.709)	(39.160)
Provisão de riscos não expirados	(22.645)	(22.644)
Outras provisões	(959.444)	(962.995)
	(1.989.439)	(1.989.439)

27. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Sinistros avisados - administrativos	(6.539.369)	(5.918.628)
Porto Socorro	(1.332.272)	(990.885)
Sinistros avisados - judiciais	(66.377)	(90.604)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(54.795)	(79.203)
Resseguramentos	269.276	652.987
Salvados	638.290	244.451
Outras despesas com sinistros (*)	(3.767)	(328.389)
	(7.450.031)	(6.508.269)

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

28. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Comissões sobre prêmios retidos	(3.442.808)	(3.006.824)
Outras despesas de comercialização	(110.412)	(90.360)
Variação das despesas de comercialização diferidas	248.793	320.343
	(3.304.427)	(2.776.841)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 14) e as despesas de comercialização não diferidas.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cobrança	(72.485)	(50.168)
Encargos sociais	(31.123)	(29.271)
Provisões civis	(20.366)	(8.592)
Benefícios concedidos a segurados	(18.613)	(30.115)
Assistência	(14.567)	(41.023)
Dispositivo anti-furto	(13.342)	(9.531)
Provisão para redução do valor recuperável	(12.871)	(9.081)
Honorários advocatícios	(7.224)	(5.036)
Outras	(25.222)	(12.039)
	(215.833)	(195.476)

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.823.738)	(1.303.058)
Serviços de terceiros	(647.213)	(604.495)
Localização e funcionamento	(368.975)	(354.099)
Publicidade	(121.344)	(115.778)
Donativos e contribuições	(32.869)	(25.647)
Despesas recuperadas (i)	915.022	830.213
Outras	(80.513)	(28.102)
	(1.919.310)	(1.670.276)

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto.

31. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS	(354.639)	(221.318)
PIS	(57.630)	(35.980)
Outras	(15.288)	(10.331)
	(427.557)	(267.629)

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	429.213	173.120
Juros de títulos disponíveis para a venda	165.765	163.059
Operações de Seguros	83.721	64.384
Variações monetárias dos depósitos judiciais	57.420	53.643
Outras	47.819	66.168
Total de receitas financeiras	783.938	520.374
Variações monetárias de encargos	(48.112)	(44.938)
Operações de seguros	(31.734)	(31.323)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(25.933)	(48.193)
Despesas com empréstimos bancários	(22.293)	(19.140)
Juros de arrendamento	(15.466)	(13.452)
Outras	(42.690)	(17.231)
Total de despesas financeiras	(186.228)	(178.947)
Resultado financeiro	597.719	341.427

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde para a estrutura física;
- (ii) Aluguéis onerosos prestados pela controladora Porto Vida;
- (iii) Prestação de serviços do seguro saúde controladora da controladora Porto Saúde;
- (iv) Prestação de serviços de armazenamento de dados pela Proteção e Manutenção;
- (v) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a PortoSeguro;
- (vi) Prestação de serviços de "Call Center" controlados por Porto Atendimento;
- (vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (viii) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos a receber e por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo		
PortoSeguro	1.501.464	1.433.550
Azul Seguros	50.646	50.646
Porto Saúde	13.463	13.054
Porto Assistência	6.507	6.295
Porto Concorso	9.094	9.011
Porto Atendimento	3.666	5.779
Itai Auto e Residência	3.811	3.192
Porto Vida	1.536	2.446
PortoCap	1.281	988
Demais	6.054	6.829
	1.587.682	1.528.310

Demonstração do resultado

	Receitas Dezembro de 2023	Despesas Dezembro de 2023
Azul Seguros	319.062	406.531
PortoSeguro	235.007	160.327
Porto Saúde	142.691	132.708
Porto Atendimento	71.253	90.962
Porto Concorso	86.422	67.571
Itai Auto e Residência	41.020	40.926
Porto Vida	25.750	27.229
Serviços Médicos e	6.517	9.851
Porto Saúde Ocupacional	6.996	6.948
Proteção e Monitoramento	90.228	88.725
Porto Assistência	55.616	85.532
Demais	1.680.690	1.170.621
	1.848.414	1,438.414

33.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL DE GRUPO

As transações com pessoal-chave na administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Participação nos lucros - administradores	104.862	75.593
Honorários de diretores e encargos	29.503	25.514
	134.365	101.107

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocinadora dos planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 03 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrevid - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade gestora de previdência complementar sem fins lucrativos. Nos termos do regulamento dessas entidades, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações financeiras realizadas em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2023, os planos tinham com cerca de 4,3 mil (4,6 mil em dezembro de 2022) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 21.014 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 19.192 em 31 de dezembro de 2022).

34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	71.178	66.316
Custo dos benefícios	3.972	3.891
Custo de juros	8.532	8.513
Benefícios pagos	(12.637)	(15.564)
Ganho/perda sobre a obrigação atuarial	20.594	(850)
Outros	(961)	86
Saldo final do passivo	90.578	71.177

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2023, foram as seguintes:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,64%	-
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%	-
Inflação econômica (ao ano)	3,92%	-
Inflação médica (ao ano)	4,00%	-
Taxa de variação dos salários de FGTS (ao ano) - nominal	3,92%	-

35. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pelo divisão do lucro atribuído aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluente no resultado líquido (conforme definido pelo IFRS 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação não diluído. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi aplicado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro atribuído aos acionistas (R\$)	2,812.599	1,722.771

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

RELATÓRIO COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades da Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01398164/0001-50

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guanabara, 1238 - Campos Elípticos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



DIRETORIA			
JOSE RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Presidente	LUIS AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados	CAROLINA HELENA URBANO ZWARG Diretora de Gente e Cultura	CARLOS EDUARDO NAEGLI GONIM Diretor de Produto - Seguros de Pessoas
PAULO SÉRGIO KAKINOFF CEO Seguros	MARCOS ROBERTO LOUÇAO Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros	FÁBIO OHARA MORITA Diretor Técnico	JAIME SOARES BATISTA Diretor de Produto - Automóvel
PATRICIA CHACON JIMENEZ COO (Chief Operating Officer) - Seguros	SAMI FOQUEL Diretor Vice-Presidente	EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL Diretora de Produção	JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor de Produto - Ramos Elementares
CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos	LUIS FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Atendimento	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor
LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor de Tecnologia da Informação	IZAK RAFAEL BENADERET Diretor
DANIELE GOMES YOSHIDA - Controladora - CRC 1SP 255783/O-1		BRÁULIO FELICISSIMO DE MELO - Atuarial - MBA nº 1588	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e (c) somos independentes em relação à Companhia, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria das demonstrações financeiras. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e não representam uma opinião separada sobre esses assuntos. **Monitoração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.10 e 22, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 11.058.995 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões, é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção de métodos de cálculo e das premissas, tais como, valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigência de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências no valor das obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuro, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor perspectiva na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidade calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.10.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e provisão complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridas e não avisadas e ao teste de adequação do passivo.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto, nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) entendimento dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuantes para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e provisão complementar, firmados pela Companhia; (iv) a verificação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação do passivo; (v) a verificação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto à sua existência, contribuições, resgates, portabilidade, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação
A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das

demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto, nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e a de ler o Relatório do Auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Nossa segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras.

PARÂMETROS DOS ATUÁRIOS-AUDITORES INDEPENDENTES

requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade é de expressar opinião sobre a adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requisitos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, quanto de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nossas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requeridos, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro

financeiras. Nesse contexto, e ressalva que examinamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas; julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Essas julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, independentemente do considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente induzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos ou distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a aquisição do uso, pela diretoria, da base contábil no contexto operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos no contexto das demonstrações financeiras de exercício contábil. De qualquer maneira, consideramos os principais assuntos de auditoria. Determinamos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que loi ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia de Paula da Silva Paz
Controladora CRC-SP198527/O



Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

CNPJ nº 01.198.164/0001-50

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requeridos, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com as principais atuariais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuarias auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais

requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade é de expressar opinião sobre a adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requisitos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, quanto de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nossas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requeridos, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro

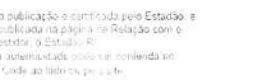
Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelo Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrais no escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrais do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir dos procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrais do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.999/0001-11
Fernanda Gama
Atuarial - MBA 947



DANIELE GOMES
YOSHIDA:30
151081899

Assinado de forma eletrônica por DANIELE GOMES
CPF: 020.101.058.199
Data: 2024.02.01 14:53:03



Esta publicação é controlada pelo Estadão e é publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão. R. Sua autenticidade pode ser confirmada em: gfi.estadão.com.br/verifica